

CIÊNCIAS HUMANAS E SENSO COMUM

Cristina Helou Gomide

Esse texto discute as relações entre as concepções de ciência desenvolvidas pela sociedade ocidental desde a modernidade, a noção de ciências humanas e a formação de professores. Para tratar essas relações, traçamos, em linhas gerais, o percurso da noção de ciência e da construção das ciências humanas e posteriormente, discutimos as noções de ciência e ciências humanas apresentadas por alunos de pedagogia em formação. Nesse processo emergiu a questão do senso comum, que acabamos por assumir como um dos eixos da problematização. Aqui apresentamos elementos iniciais apontados pelas pesquisas em andamento: “Da noção de Ciências à concepção de Ciências Humanas”, sob a coordenação da professora Cristina Helou Gomide, e “Comemorações e datas históricas – mudanças e permanências na cultura histórica e história ensinada”, sob a coordenação da professora Miriam Bianca Amaral Ribeiro, vinculadas ao DHUCA – Diálogos Humanidades, Ciência e Aprendizagem, Núcleo de Pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da UFG.

Discutir a noção de Ciência não é uma tarefa fácil. Partindo deste princípio, nos ocuparemos de apresentar reflexões preliminares, visando trazer um mapa da concepção de ciência até os dias atuais de forma mais ampla. Tratamos a ciência como problemática em constante transformação e apresentaremos a construção da noção de ciências humanas considerando esse pressuposto. Para tanto, as veremos como categorias em movimento, no tempo.

O tempo não é homogêneo, é carregado de “agoras” (BENJAMIN, 1994) e o presente não é totalmente novo, pois o novo está carregado de resíduos, de vestígios do passado (WILLIAMS, 2009). Desse modo, falar sobre a noção de ciência hoje, significa vê-la historicamente, nos seus “agoras” carregados de residuais e emergentes.

Na obra organizada por Maria Amália Andery P. A (2006), as autoras propõem-se a apresentar um breve panorama rumo à compreensão da ciência hoje. as Explicam que o homem se diferencia do animal, pois nós seres humanos, diferentemente dos

animais, não nos adaptamos ao meio, nós o transformamos a partir de nossas necessidades, o que nos faz “sobreviver como espécie” e,

diferentemente de outros animais, o homem não se limita à imediatez das situações com que se depara; ultrapassa limites, já que produz universalmente (para além de sua sobrevivência pessoal e de sua prole), não se restringindo às necessidades que se revelam no aqui e agora. (ANDERY, 2006: p.10)

O homem altera a natureza por meio da sua ação, ele a humaniza, e o faz por meio do trabalho. O trabalho o enraíza, ele se constitui em atividade vital (MANACORDA, 2007). Nesse sentido,

A ação humana não é apenas biologicamente determinada, mas se dá principalmente pela incorporação das experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração a geração; a transmissão dessas experiências e conhecimentos – por meio da educação e da cultura – permite que a nova geração não volte ao ponto de partida da que a precedeu. (ANDERY, 2006: p.10)

Nesse processo, o homem modifica suas necessidades, constitui experiências, sem necessariamente alterar as necessidades anteriores, mas acrescentando novas àquelas que antes eram básicas, tais como comer, beber, morar. (ANDERY, 2006: p.10)

Renovamos nossas necessidades anteriores, as resignificamos. (WILLIAMS, 2009) Assim caminhamos formulando tantas ideias, e nessa trajetória, nos deparamos com novas necessidades; precisamos de novos aparatos técnicos e tecnológicos. Exemplo disso, é que estamos na constante busca da cura de doenças, tais como o câncer. Ou ainda, na busca de vacinas que vão surgindo após grandes epidemias. À época do surgimento da Penicilina – só para citar -, vivíamos no início do século XX, a descoberta dos antibióticos como fortes curadores de doenças. O que se imaginou era que jamais nenhum homem morreria de doença alguma outra vez. No entanto, como seres históricos que somos, carregamos um corpo cheio de história, e a doença vai ganhando resistência a essas descobertas da química farmacêutica. Assim, tanto a penicilina perde seu poder absoluto de cura (porque a doença transmuta), como nós deixamos de adquirir algumas doenças, porque as aniquilamos, formulamos anticorpos naturais, criamos resistência a elas, e nosso organismo abre espaço para outras, já que nessas transformações, o próprio homem se transforma. E assim sucessivamente, o homem vem vivendo e morrendo - doença e cura na história da vida humana.

Nessa linha de raciocínio, queremos evidenciar nossa posição. Fazer ciência é buscar a verdade, ainda que não a encontremos, e isso se faz em movimento, no tempo, a partir da ação humana. Fazer ciência é buscar mecanismos, de forma racional, para que nós possamos agir na natureza e transformá-la conforme nossas necessidades, questionando, desbravando a natureza e as respostas prontas. Trata-se, em última instância, de investigar os porquês do homem e da natureza, trata-se de desnaturalizar o mundo e a humanidade. Para tanto, só se pode fazer ciência, se nós, como sujeitos, nos vemos nesse processo de busca e mudança.

Nesse sentido, nós, que antes transformávamos a natureza porque necessitávamos sobreviver, manter atividades básicas fundamentais para a nossa atuação no mundo, nos tornamos transformadores do que já havíamos transformado. Ao longo do tempo, fomos formulando um conceito de produção e ciência pontuado por essa necessidade de transformar o já transformado. E como fizemos isso? Produzindo ideias que conduziram os seres humanos a “necessitar” do “necessário desnecessário”, e é daqui que queremos partir.

Tendo como base as relações de trabalho ao longo da história do mundo ocidental, podemos dizer que na antiguidade, assim como no decorrer da Idade Média, as formas de trabalho se configuravam de forma artesanal. Comumente existiram formas de organização e divisão do trabalho. Temos exemplo na época antiga. Nas chamadas

(...) sociedades tribais (comunais) o grupo social organizava-se por sexo e idade para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. Às mulheres e crianças cabiam determinadas tarefas e aos homens, outras. (...) Já, na Grécia Antiga, por volta de 800 a.C., o comércio, fundado na exportação e importação agrícolas e artesanais, é a base da atividade econômica, e há um nível técnico de produção desenvolvido ao lado de uma organização política na forma de cidade-estado. Nessa sociedade, além da divisão do trabalho cidade-campo, ocorre uma divisão entre produtores de bens e os donos da produção; os produtores não detêm a propriedade da terra, nem os instrumentos de trabalho, nem o próprio produto de seu trabalho, são, em sua maioria, eles mesmo, propriedade de outros homens. (ANDERY, 2006: p.12)

Assim, a concepção de produção também era dada conforme interesses dos que estavam em melhor condição social, demonstrando que a ação do homem sobre o homem vem se constituindo. Na Idade Média, os princípios produtivos e de conduta no

mundo ocidental, estavam diretamente atrelados aos direcionamentos divinos cristãos, formulando um modelo de conduta e de produção que respeitavam os “desígnios de Deus”. Já com a consolidação do capitalismo, o surgimento da classe trabalhadora, e a instituição do salário como forma de remuneração, o trabalho ganhou novas formas de ação, fragmentando nossas atividades e mantendo, muitas vezes, o caráter de dominação de um sujeito sobre o outro. Trata-se de uma nova forma de organização do trabalho, tendo como base, a propriedade privada.

Jonh Locke (1999), como um homem de seu tempo, defendeu o princípio da propriedade privada. Se eu tenho um pomar carregado de maçãs à minha frente – anunciou o autor em sua obra - e vou até ele apenas para colhê-las e comê-las, eu me apropriei daquilo que a natureza me ofereceu. No entanto, se outro “laboriosamente” colhe maçãs o bastante, de modo que não seja necessário que alguém vá colhê-las, então ele é merecedor de usar aquela terra. Locke elucida muito bem sua tese, quando diz:

Ainda que a água que corre na fonte pertença a todo mundo, quem duvida que no cântaro ela pertence apenas a quem a tirou seu trabalho tirou das mãos da natureza, onde ela era um bem comum e pertencia igualmente a todos os seus filhos, e a transformou em sua propriedade. (...) Assim, esta lei da razão dá ao índio o veado que ele matou; admite-se que a coisa pertence àquele que consagrou seu trabalho, mesmo que antes ela fosse direito comum de todos. E entre aqueles que contam como a parte civilizada da humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para a determinação da propriedade, a lei original da natureza, que autoriza o início da apropriação dos bens comuns, permanece sempre em âmbar cinzento que se recolhei, tornam-se propriedade daquele que lhes consagraram tantos cuidados através do trabalho que os removeu daquele estado comum em que a natureza os deixou (LOCKE, 1999: 43)

Esse trecho da obra de Locke ilustra muito bem o princípio da propriedade e o conceito de trabalho que se constituiu à época. Se o sujeito possuía a propriedade, por ser um homem “laborioso”, “nada mais justo” que o outro trabalhasse para ele para poder comer a sua maçã ou o seu veado. Aqui, justifica-se a propriedade privada que passa a ser regida pelos princípios do capital, que é acumulativo. Nesse contexto, portanto, fazer ciência também deveria servir para a construção de áreas do saber que de fato fossem necessárias e produtivas.

No mundo acadêmico da área de humanas, muito reclamamos de René Descartes, antes de Locke já havia nos apresentado sua teoria do método, descartando a

história como ciência, pois ela nada mais era, segundo ele, “uma contação de historinhas”. No entanto, é impossível negar que seu princípio do método é norteador ainda hoje das práticas acadêmicas. Ninguém produz um trabalho científico sem se basear em uma metodologia qualquer. No entanto, a questão é que Descartes formulou o princípio da dúvida ao que já está posto como pronto, apontando também que só a experiência pode contribuir na construção do conhecimento. Nesse sentido, o autor define um momento teórico importante para todos os campos da ciência. Ele diz:

(...) e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se restaria, depois disso, alguma coisa em minha crença que fosse inteiramente indubitável. (...) como há homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo sobre as mais simples matérias de geometria, e cometem paralogismos, e por julgar que eu estava sujeito a errar como qualquer outro, rejeitei como falsas, todas as razões que antes havia tomado como demonstrações. Enfim, considerando que os mesmos pensamentos que temos quando acordados também podem nos ocorrer quando dormimos sem que então haja nenhum que seja verdadeiro, resolvi fingir que todas as coisas que algumas vez me haviam entrado no espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo notei que, quando quis assim pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que pensava, fosse algumas coisa. E, observando que esta verdade, *penso, logo existo*, era tão firme (...) julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como princípio da filosofia que eu buscava. (Descartes, 2013: 69-70)

Realizar um trabalho científico significava questionar respostas prontas. Diante disso, podemos dizer que a dúvida ‘descartiana’ inaugura alguns parâmetros para a ciência moderna, mas também nos coloca (como produtores de conhecimento na área de humanas), em situação difícil. Nós, ao contrário do que traz as ciências naturais, não conseguimos reproduzir um acontecimento do passado longínquo, literalmente como ele aconteceu, ainda que eu estivesse hipoteticamente visualizando-o, ainda que “magicamente” pudesse voltar no tempo. Assim, as ciências humanas têm carecido de espaço e reconhecimento no campo das ciências. Para entender, basta refletir sobre a dificuldade que nós, sujeitos, temos de percebermo-nos como sujeitos políticos, históricos e sociais, transformadores do mundo. Comumente nossas ações no mundo não nos conduzem à emancipação, pois em nome do “necessário desnecessário”, colocamos o planeta em situação de risco irreversível, além de criar uma falsa sensação de harmonia e de igualdade que a política liberal defende e acaba por aniquilar a condição contraditória que é o “ser humano”. Buscamos, ainda, a felicidade – que é efêmera.

Nesse sentido, pode-se dizer que a mesma conquista científica que nos fornece qualidade de vida, novas e melhores tecnologias, novos avanços na área de cura de doenças, também se torna responsável pelas transformações nos biomas de toda a terra, alterando não somente a vida no campo mas, sobretudo, nas cidades. Se antes assim o fizemos (e temos continuado a fazê-lo), é em nome da produção, da produção “maior”, mais “bela”, mais “apresentável”, mais “vendável” que temos caminhado. O problema é que esse tipo de intervenção promove modificações em seu estatuto natural que o encaminha para a extinção. Lembremo-nos do reflorestamento com as árvores de Eucalipto, que sabidamente consome todo líquido da terra. Ao final, se plantarmos somente eucalipto, tentando economizar as madeiras restantes, estamos contribuindo para o desequilíbrio do bioma, alterando nosso solo, nossa vegetação e contribuindo para a extinção de inúmeras espécies originais. (SALLES, 2014)

Como parte das discussões, associamos nosso debate à concepção de política. Imagina-se que discutir o problema do bioma seja um aspecto absolutamente ambiental. Entretanto, se está ligado à lógica da transformação para a produção, trata-se de uma discussão política. Afinal, política como categoria que se remete às relações de poder, está em tudo, mesmo quando optamos por não discuti-la. (PARANHOS, 1985: 2) Desse modo, o senso comum é também ciência. A concepção de ciência que comumente temos absorvido. De uma ciência representada pelas imagens dos “tubos de ensaio” ou dos estudos com animais. A ciência que produz reflexões no campo das ciências humanas, que constrói noções de mundo, de homem e política que está referendada pela grande mídia, esta também se traduz em senso comum.

O conceito de ciência no senso comum vem travestido da concepção produtivista que é princípio da sociedade ocidental atual e está sendo reproduzido cotidianamente, “inspirando” e sendo “inspirada” por hábitos que compartilhamos, tais como “assistir à televisão”, escutar o rádio, usar compulsivamente a Internet, para não citar a prática exacerbada das cirurgias plásticas estéticas. Não se trata, porém, de “demonizar” a tecnologia, mas de refletir sobre seus usos para a manutenção de uma ordem vigente que necessariamente perpassa pelo conceito de ciência que nos “seduz na

contemporaneidade”. Assim, senso comum como ciência, é pensamento produzido pelas forças hegemônicas.

Se voltarmos à história da Grécia Antiga e o funcionamento da *Urbs*, nos daremos conta de que o que se privilegiava era o “bem comum”. Portanto, virtuoso era aquele que continha seus excessos, pois o interesse não era individual, e sim, comum. Já na passagem para a Idade Média, a concepção de virtude estava ligada ao indivíduo que temia a Deus e que era caridoso. A partir daí, outras transformações no mundo foram trazendo outra concepção de “bem comum” e de sujeito virtuoso na sociedade que caminhava ao outro modelo. Urgia o Estado Moderno.

Se voltarmos a John Locke, veremos que virtuoso é aquele que por meio do trabalho consegue se tornar produtivo. Assim, justifica-se a propriedade privada para aquele que se sobressai em relação a outro, marcando a força da propriedade privada. O homem capaz do “negócio” deve ser respeitado e a ele deve ser dada oportunidade de continuidade de seu trabalho.

Assim, esta lei da razão dá ao índio o veado que ele matou; admite-se que a coisa pertence àquele que lhe consagrou seu trabalho, mesmo que fosse direito comum de todos (...) A superfície da terra que um homem trabalha, planta, melhora, cultiva e da qual pode utilizar os produtos, pode ser considerada sua propriedade (...) (LOCKE, 1999: 43)

Desse modo, o trabalho investido lhe fornece o direito à propriedade e “o trabalho conferia um direito de propriedade sobre os bens comuns, que permaneceram por muito tempo os mais numerosos, e até hoje mais do que a humanidade utiliza.” (LOCKE, 1999: 47) Hoje, essa noção de homem virtuoso no campo da ciência, nos remete ao indivíduo capaz de produzir segundo as necessidades dadas pelo mercado e pela apropriação privada do conhecimento produzido. Na academia, pode-se dizer que o professor virtuoso é o que segue a lógica do “produtivismo” em publicações referendadas, por exemplo, pelo padrão *Quallis*, estipulado pelo MEC.

É nesse campo político que vem se constituindo a concepção de ciência, na qual o homem do “ócio” (reflexão) dá lugar ao homem do “negócio” (negação ao ócio, ou reflexão). Ainda nessa perspectiva, seria incoerente imaginarmos em um mundo em que ciências humanas pudessem de fato ser comparadas – de forma a assemelha-las – às ciências naturais, uma vez que trabalhamos no campo da observação, da reflexão e da

transformação da ordem vigente. Fora isso, não produzimos celulares nem tratores, tão pouco elaboramos programas de computadores.

Daqui em diante trataremos as concepções de ciência, ciências humanas e senso comum a partir das noções apresentadas pelos alunos de pedagogia. O levantamento de dados foi realizado entre 2014 e 2016, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Goiás, junto aos alunos dos cursos de pedagogia destas instituições. A escolha desse curso se deve ao fato de que a pedagogia, além de ser o curso de formação de professores em que atuamos, tratar-se do curso que articuladas as áreas de conhecimento (Ciências Naturais, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências Exatas e a Arte) para a formação do professor para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Isso possibilita, então, a discussão das relações entre a noção de ciência considerando-se as várias áreas de conhecimento e permite focar as compreensões produzidas sobre os conceitos vinculados, especificamente, às Ciências Humanas.

Nossa tarefa, enquanto formadores de professores no curso de pedagogia, parece-nos que é proporcionar uma formação capaz de articular as diversas áreas de conhecimento que a ciência moderna constituiu, sem que isso signifique tratar superficialmente cada uma delas. Entender a ciência de forma completa. Não vê-la fragmentada e separadamente. Isso porque, sem essa qualidade formativa, sem uma fundamentação teórica e metodológica consistente, o trato pedagógico do professor em sua atividade nas salas de aula pode acabar por proporcionar a reafirmação do senso comum.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

ANDERY, Maria Amália P. A. (org.) Para Compreender a Ciências: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 9-15

DESCARTES, René. Discurso do Método. Porto Alegre: L&M Pockte, 2013.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: Obras Escolhidas volume 1. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia – que é sociologia? Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. São Paulo: Clube do Livro Liberal, 1999.

MANACORDA, Mário Aliguiero. Marx e a Pedagogia Moderna. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidimensional. Trad. Giasone Rebuá Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MATOS, Olgária. Os Arcanos do Inteiramente Outro. A Escola de Frankfurt. A Melancolia e a Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. *basenacionalcomum.mec.gov.br* (última visualização, 11 de outubro de 2016).

_____. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 2006.

PARANHOS, Adalberto. “Política e Cotidiano: As mil e uma faces do poder.” In MARCELINO, Nelson C. Introdução às Ciências Sociais. Campinas-SP: Papirus, 1989, p. 51-60.

ROUSSEAU, O Contrato Social ou Princípios do Direito Político. São Paulo: Escala, 2008.

BARBOSA, Altair Salles. Jornal opção. Ano XXXIX – N. 2048. Goiânia, 5-11/outubro/2014, p. A20. (Entrevista)

WILLIAMS, Raymond. Marxismo y Literatura. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.